



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 108/2024)

Dê-se nova redação ao § 1º, e inclua-se o §3º, ao art.87, do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024:

“Art. 87.....

§1º O sujeito passivo também poderá requerer diligências e perícias, podendo a autoridade julgadora, mediante decisão fundamentada, indeferir o pedido somente quando este se mostrar prescindível, impraticável ou protelatório.
(NR)

.....

§ 3º O sujeito passivo deverá ser cientificado do resultado da realização de diligências e perícias sempre que novos fatos ou documentos sejam trazidos ao processo, hipótese na qual deverá ser concedido prazo para manifestação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A consolidação de um novo modelo tributário, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), exige não apenas mudanças estruturais na arrecadação, mas também o fortalecimento das garantias processuais no âmbito do contencioso administrativo tributário.

Entre os aprimoramentos propostos, destaca-se a previsão expressa do direito do contribuinte de requerer a realização de diligências e perícias no curso do processo administrativo. Essa medida busca assegurar o pleno exercício



do contraditório, da ampla defesa e da busca pela verdade material, permitindo que a apuração dos fatos seja feita com maior profundidade e precisão.

Importante destacar que o pedido poderá ser indeferido pela autoridade julgadora, desde que com fundamentação adequada, nos casos de:

prescindibilidade (irrelevância da diligência para o deslinde da controvérsia);

impraticabilidade;

ou intuito meramente protelatório.

Esse critério garante o equilíbrio entre o direito de defesa e a eficiência da atuação fiscal, evitando abusos de parte a parte.

Além disso, a proposta inclui o direito do contribuinte de tomar ciência e se manifestar sempre que novos elementos sejam introduzidos nos autos por meio de diligência ou perícia. Trata-se de reforço à transparência e à isonomia no processo, impedindo decisões baseadas em informações desconhecidas por uma das partes.

Em suma, trata-se de um aprimoramento normativo essencial para a construção de um contencioso mais justo, transparente e técnico, alinhado aos princípios constitucionais do devido processo legal e da justiça fiscal.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

